EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

PREÂMBULO

O Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, com sede na Rua Atila Vivácqua, 79, Centro, Presidente Kennedy, por intermédio do seu Pregoeiro(a), designado pelo Decreto nº 046/2013, de 02 de agosto de 2013 e Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade **"Pregão Presencial"**, para **REGISTRO DE PREÇOS, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS NO ANO DE 2014,** conforme **Processo nº 017388/2013**. Todos os procedimentos serão regidos pela Lei nº 10.520/ 2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar n° 123/2006 e pelo Decreto Municipal n.º 007/2011, de 1º de Fevereiro de 2011, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente edital.

1 - DO OBJETO E PRAZO DE ENTREGA

1.1 - A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS NO ANO DE 2014**, conforme as especificações, demais condições e informações contidas no Anexo I do presente Edital.

1.2 - O Registro de Preços, decorrente deste Pregão, terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de Assinatura da Ata de Registro de Preços. Durante o prazo de validade da Ata, este Município poderá ou não contratar o objeto deste Pregão, de acordo com suas necessidades.

1.3 - O prazo de início da **execução** do objeto licitado neste Pregão será de **até 24 horas** a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras.

1.4 - Do Preço Máximo: O Preço Total Máximo que o Município de Presidente Kennedy-ES se dispõe a pagar é de R$ 481.048,47 (quatrocentos e oitenta e um mil, quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), conforme discriminado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

2 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1 - Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

2.2 - Processo Administrativo: nº. 017388/2013

2.3 - Tipo de Licitação: MENOR PRECO POR LOTE

2.4 - Dotação Orçamentária: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - Apoio e Realização de Eventos Turísticos - 339.039.00000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

2.5 - Data e horário do Credenciamento e da abertura dos envelopes: Às 09h do dia 17 de Janeiro de 2014, sendo que nessa oportunidade os licitantes **deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** (ANEXO III).

2.5.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02 a declaração deverá ser entregue **separadamente** dos envelopes nº 001 - PROPOSTA e nº 002 - HABILITAÇÃO.

2.6 - Local de realização do Pregão: Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º andar da sede administrativa do Município de Presidente Kennedy.

2.7 - Da retirada do edital - As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no *site* www.presidentekennedy.es.gov.br ou providenciar a cópia do edital que estará à disposição na sala da licitação, 3º andar da sede administrativa do Município de Presidente Kennedy nos dias úteis das 8h às 16h, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

3 - DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - Após a homologação da presente licitação, será assinada Ata de Registro de Preços entre as partes, conforme o Anexo VI, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua data de assinatura, sendo vedada a sua prorrogação.

3.2 - A partir da convocação, que se dará por e-mail ou por ofício, a proponente terá até 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 - É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias úteis após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para, após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

4 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

4.1 - Somente poderão participar deste certame as empresas que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

4.2 - Todos os documentos do ENVELOPE **N°.02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** - poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por servidor do setor de licitações deste Município (hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **PREVIAMENTE** à abertura dos envelopes), sendo passíveis de consulta quanto à veracidade, a critério exclusivo do Pregoeiro/Equipe de Apoio.

4.2.1 - Os documentos serão autenticados por servidor do setor de licitações, a partir do ORIGINAL (NÃO será aceito CÓPIA AUTENTICADA para efeito de autenticação).

4.2.2 - Serão aceitas somente cópias legíveis, não sendo aceitos documentos cujas data estejam rasuradas.

4.3 - O Município de Presidente Kennedy reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

4.4 - Poderão participar deste Pregão somente pessoas jurídicas **que desenvolvam as atividades objeto desta licitação** e que atendam às exigências deste edital.

4.5 - Não serão admitidas a participação nesta licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições dos artigos 9º e inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93.

4.6 - É vedada participação nesta Licitação de empresas ou consorcio e/ou grupo de empresas, bem como a delegação ou subcontratação dos produtos ora licitados.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - Para fins de credenciamento, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (ANEXO II), com poderes para responder pela representada, especialmente na realização de lances, para todos os fins legais.

5.2 - O credenciamento ocorrerá na mesma data e no mesmo local, conforme previsto no item 2.5 do edital.

5.2.1 - O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal, devendo tais poderes serem expressos. Não será aceito credenciamento ou procuração com poderes gerais para lances verbais e sucessivos.

5.2.2 - Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exibirá ao (a) Pregoeiro(a) QUALQUER DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (COM FOTO) EMITIDO POR ÓRGÃO PÚBLICO JUNTAMENTE COM UM ORIGINAL DE **INSTRUMENTO PROCURATÓRIO (ANEXO II) que o autorize a participar ESPECIFICAMENTE DESTE PREGÃO, OU INSTRUMENTO PROCURATÓRIO PÚBLICO** que o autorize a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

5.2.3 - Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem 5.2.2 possui poderes para a outorga, podendo apresentar quaisquer dos seguintes documentos:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.
b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.2.4 - A apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor presta-se observar se a atividade da empresa é concernente ao objeto da licitação.

5.2.5 - No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e dos seus termos aditivos, do documento de eleição dos seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas, conforme o caso.
5.2.6 - Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (art. 42 a 45) os licitantes deverão comprovar, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentando a Certidão expedida pela junta comercial, conforme art. 8º da IN 103/2007.

5.2.7.1 - As empresas optantes pelo Sistema Simples Nacional, regido pela Lei nº 9.317/96, deverão apresentar o comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, *<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>*;

5.2.7.2 - Se a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não apresentar a comprovação exigida nas alíneas "a" ou "b" deste sub ítem não terá os privilégios estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006.

5.3 - Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando à apresentação de novas propostas e interposição de recurso.

5.4 - A apresentação, na fase do credenciamento, do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto, devidamente autenticado **ISENTA O LICITANTE DE APRESENTÁ-LOS NO ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO,** item 8.1.1 deste edital.

5.5 - No ato do credenciamento o licitante deverá apresentar a Declaração de que cumpre os requisitos da Habilitação, conforme modelo no anexo III.

5.6 - No ato do credenciamento o licitante, devidamente credenciado, caso não apresente requisitos da Habilitação, conforme modelo no anexo III, poderá preencher no momento do certame.

6 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 - Até os dezessete dias do mês de Janeiro de 2014 às 09:00h os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), deverão ser entregues separadamente no protocolo geral do Município localizado no 1° andar da sede administrativa do Município de Presidente Kennedy, devendo estar lacrados, rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa do proponente os seguintes dizeres: "Município de Presidente Kennedy - Pregão Presencial para Registro de Preços Nº.000082/2013 Envelope nº 001 - PROPOSTA; Envelope nº 002 - HABILITAÇÃO".

6.1.1 - Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer envelopes fora do prazo estabelecido neste edital.

6.1.2 - Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração (ANEXO III) dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na forma estipulada pelo item 2.5.

6.1.3 - Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a declaração de que trata o item 2.5 em envelope apartado juntamente com o Contrato Social ou documento equivalente devidamente autenticado que deverá trazer os seguintes dizeres "Município de Presidente Kennedy - ES - Pregão Presencial nº 000082/2013 - Envelope DECLARAÇÃO".
6.2 - O **Envelope nº 001 - PROPOSTA** - deverá conter as informações/documentos exigidos no item 7 deste edital, e o **Envelope nº 002 - HABILITAÇÃO** - deverá conter os documentos e as informações exigidas no item 8 deste edital.

6.3 - Utilizar preferencialmente o modelo de etiqueta para identificar os envelopes.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS: 000082/2013
ABERTURA: 17 de Janeiro de 2014 às 09:00h
ENVELOPE Nº 001 - PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS: 000082/2013
ABERTURA: 17 de Janeiro de 2014 às 09:00h
ENVELOPE Nº 002 - HABILITAÇÃO

6.4 - A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei 8.666/93.

7 - ENVELOPE Nº 001 - PROPOSTA
7.1 - A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:

a) A discriminação do OBJETO ofertado, **INCLUSIVE MARCA, quando for o caso,** observando-se o disposto no item 1 deste edital, e no Anexo I (termo de referência e demais condições).

b) validade da proposta é de 12 (doze) meses, que coincide com o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

c) declaração do proponente, na própria proposta de que estão inclusos nos preços propostos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto, conforme Termo de Referência.

7.2 - O **preço UNITÁRIO e TOTAL ofertado por Lote**, poderá ser apresentado em **ALGARISMO**, cotado em Real, com **até duas casas decimais após a vírgula (R$ X,XX);**

7.2.1 - O valor GLOBAL da proposta poderá ser apresentado em algarismo e por extenso, cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R$ X,XX).

7.2.2 - Em caso de divergência entre o preço unitário e total apresentado, será levado em consideração o valor do primeiro (unitário).

7.2.3 - Em caso de divergência do preço GLOBAL expresso em algarismo e o por extenso, será levado em consideração o preço do último (extenso)**.**

7.3 - A(s) empresa(s) vencedora(s) deverão estar cientes de que NÃO serão aceitas propostas comerciais atualizadas com preços unitários divergentes dos preços praticados no mercado. Se necessário, será procedida análise para verificação de discrepâncias.

7.4 - Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para este Município.

7.5 - A proposta será desclassificada se for contrária, expressamente, às normas e exigências deste edital.

7.6 - Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não previstas neste edital.

7.7 - As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo I, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

7.8 - Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior), com relação a cada item.

8 - ENVELOPE Nº 002 - HABILITAÇÃO
8.1 - Os licitantes deverão apresentar no **Envelope nº 002 - HABILITAÇÃO** - os documentos abaixo enumerados:

8.1.1 - Habilitação Jurídica:
a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista
a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ regular;
b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
c) Prova de regularidade com a Seguridade Social - INSS;
d) Prova de regularidade com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de Maio de 1943, em atendimento a Lei 12.440/11.

8.1.3- Qualificação Técnica

a) Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido pelo órgão fiscal da sede do licitante, com prazo de validade em vigor;

b) Comprovação de aptidão para execução do(s) objeto(s) licitado(s), mediante apresentação de declaração em papel timbrado, firmada por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, que sendo clientes da licitante, atestem a capacidade da mesma para proceder a execução do(s) objeto(s) licitado;

c) Licença de Operação de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), inclusive, se terceirizado, que seja apresentada cópia do contrato;

d) Certidão de Regularidade de Débitos Ambientais;

8.1.4 - Qualificação Econômica - financeira

a) Apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, emitida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede ou domicílio da empresa licitante, com prazo de validade em vigor.

8.1.5 - Declarações

a) Declaração de ciência que será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer acidente, danos a terceiros, entre outros ocorridos em horário de trabalho, ficando o Município de Presidente Kennedy isento de qualquer responsabilidade pelos mesmos;

b) Declaração de que assume o compromisso de reparar os problemas que porventura surgirem nos bens ou objeto desta licitação, no prazo determinado pelo Município de Presidente Kennedy, contado do recebimento da notificação desta;

c) Declaração, em papel timbrado da empresa, de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar conforme Anexo IV deste Edital;

d) Declaração, em papel timbrado da empresa, do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal, conforme Anexo V deste Edital.

8.2 - As certidões exigidas no item 8.1.2 deverão conter o mesmo CNPJ apresentado pelo licitante no momento do credenciamento.

8.2.1 - Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa Matriz, quanto as Filiais (INSS e PGFN/Receita Federal).

8.2.2 - Aplicar-se-ão às empresas que se enquadram nas disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) as prescrições referentes à regularidade fiscal (artigos 42 e 43).

8.2.3 - O(A) Pregoeiro(a), durante a análise do envelope de HABILITAÇÃO, procederá à validação nos "sites" dos órgãos oficiais (Receita Federal, PGFN, Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Secretarias da Fazenda) expedidoras das certidões apresentadas.

9 - PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO

9.1 - Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes.

9.2 - Depois de aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração (ANEXO III) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

9.2.1 - Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração (ANEXO III) na forma estipulada pelo item 2.5.1.

9.3 - O(A) Pregoeiro(a) procederá à abertura do Envelope nº 001 - PROPOSTA, julgando as propostas e classificando-as pelo MENOR PREÇO POR LOTE, considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

9.4 - Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições ou que se oponham a quaisquer dispositivos legais vigentes.

9.4.1 - Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao inc. VIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, **apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.**

9.4.2 - Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao inc. IX, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso VIII, do mesmo artigo e da mesma Lei, poderão os autores das propostas mais vantajosas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.5 - Uma vez classificadas as propostas o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente o (s) licitante (s), de forma sequencial, a apresentar (em) lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de preço mais elevado e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.6 - Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

9.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo mesmo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.8 - O(A) Pregoeiro(a) durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

9.9 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.10 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

9.10.1 - Aplicar-se-ão às empresas que se enquadrem nas disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) as prescrições dos artigos 44 ao 45.

9.11 - Em seguida o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.12 - Sendo aceitáveis as propostas será aberto o Envelope nº 02 - HABILITAÇÃO e verificado o atendimento às exigências habilitatórias previstas neste edital.

9.13 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado POR LOTEo objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

9.15 - A adjudicação do objeto desta licitação poderá ser feita com mais de uma das empresas licitantes, e vencedoras do certame.

9.16 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a apresentação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o(a) Pregoeiro(a) vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital, a idoneidade do proponente, bem como, a Lei de Licitações.

9.17 - O(A) Pregoeiro(a), ou a autoridade superior, poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em quaisquer dos envelopes.

9.18 - Ao final da Sessão Pública o(a) Pregoeiro(a) franqueará a palavra aos licitantes que desejarem manifestar intenção de recorrer dos atos até ali praticados.

9.19 - Será lavrada uma ata circunstanciada, assinada por todos os presentes, nos termos do §1º do art. 43 da Lei 8.666/93.

10 - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

10.1 - Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal.

10.1.1 - Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para em 03 (três) dias apresentarem contrarrazões, que começarão a correr do término do prazo concedido a recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará na decadência do direito de recurso.

10.2 - Os recursos obedecerão aos seguintes critérios:

a) no que couber, os recursos devem seguir as condições previstas no art. 109 da lei 8.666/93
b) serem dirigidos ao(à) Prefeito(a), devidamente fundamentados e, quando for o caso, acompanhados de documentação pertinente;
c) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);
d) não serão aceitos recursos via fax, e-mail ou Sedex.

10.3 - As impugnações deverão observar os seguintes critérios:
a - A impugnação do edital deverá ser promovida através de protocolo na sede administrativa do Município de Presidente Kennedy, seguindo as condições e os prazos previstos no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.
b - A impugnação do edital deverá ser dirigida ao(à) Pregoeiro(a), indicando os números do Pregão e do Processo Administrativo. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.
c - O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando ao interessado sobre a sua decisão.
d - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1- Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta

adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

11.2 - A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação serão submetidos à autoridade superior para deliberação quanto a sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação, caso ocorra recurso.

12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Homologada esta licitação, o Órgão Gerenciador convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

12.2 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

12.3 - As contratações decorrentes do Registro de Preços terão prazo inicial o recebimento da ordem de serviço.

12.4 - É facultado ao Órgão Gerenciador, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem 3.3, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando o disposto no item 14.

12.5 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador.

12.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência do fornecimento em igualdade de condições.

13 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão da entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 007 de 1º de Fevereiro de 2011, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

13.2 - Havendo remanescente de materiais a serem fornecidos, inclusive em função do direito de acréscimo, não exercido pelos órgãos ou entidades usuárias do Registro, poderão estas autorizar ao Órgão Gerenciador a proceder ao devido apostilamento na respectiva Ata de Registro de Preços e acatar os eventuais pedidos de outros órgãos ou entidades da Administração não participantes desta Licitação.

13.3 - O Órgão Gerenciador será o órgão responsável pelos atos de controle e administração do Registro de Preços decorrentes desta Licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o fornecedor para o qual será emitida a Ordem de Serviço.

14 - DAS SANÇÕES PROPOSTAS

14.1 - A empresa contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para prestação dos serviços adjudicados, sujeitando-se às penalidades constantes no artigo 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e do art. 7ºda Lei 10.520/02 , a saber:

14.1.1 - Suspensão do direito de licitar pelo período de até 02 (dois) anos, em caso de manter-se inerte por período superior a 15 (quinze) dias do ato que deva praticar.

14.1.2 - Multa pelo atraso em prazo estipulado após a adjudicação do objeto, calculada pela fórmula:

M = 0,01 x C x D
onde:
M = valor da multa
C = valor da obrigação

D = número de dias em atraso

14.1.3 - Para os efeitos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal apresentada, a ser aplicada em caso de infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas, pela CONTRATADA, no presente instrumento e/ou da proposta apresentada;
14.1.4 - Pelo não fornecimento e prestação dos serviços contratados, multa de 2 % (dois por cento) do valor do Contrato, e nessa hipótese, poderá ser revogada a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento e prestação de serviços, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
14.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que a CONTRATADA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
14.1.5.1 - A sanção de "declaração de inidoneidade" é de competência exclusiva do Chefe do Executivo Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

15 - DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO
15.1 - O pagamento somente será efetuado após a aprovação de Documento Fiscal hábil, sem rasuras ou emendas, que deverá ser encaminhada em nome do **MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES**, com fornecimento dos materiais discriminados, a qual, após a atestação do setor competente, será encaminhada para processamento do pagamento, e realizada a aceitação dos mesmos, ocorrendo o pagamento em até 30 (trinta) dias, após apresentação da nota fiscal.

15.1.1 - O documento fiscal hábil (Nota Fiscal ou equivalente) deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado no ato do credenciamento.

15.1.2 - O pagamento somente ser efetuado após a execução dos serviços, que deverá estar em conformidade com as exigências do Edital.

15.1.3 - Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

15.2 - O Município de Presidente Kennedy poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

15.3 - O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

15.4 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne à PROPOSTA e à HABILITAÇÃO.

15.5 - O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO nos termos definidos pela Instrução Normativa SFI n° 001/2013 aprovada pelo Decreto Municipal n° 079/2013 e MEDIANTE APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS**, JUNTAMENTE COM AS NOTAS FISCAIS:**
a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal; Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social - INSS; Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Prova de regularidade com a Fazenda Estadual sede da licitante; Prova de regularidade com a Fazenda do Município sede da licitante; Prova de regularidade com a Fazenda do Município de Presidente Kennedy e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, em atendimento a Lei 12.440/11, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

b) A cada solicitação de pagamento a Contratada deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, juntando à solicitação de pagamento toda documentação apresentada no momento da licitação.

15.6 - O MUNICÍPIO EFETUARÁ TODOS OS PAGAMENTOS POR SISTEMA DE ORDEM BANCÁRIA, NÃO SENDO REALIZADAS EMISSÃO DE CHEQUES, portanto, as empresas deverão informar os dados bancários para recebimento dos pagamentos.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Ao apresentar proposta, fica entendido que as empresas licitantes conhecem todas as condições estabelecidas no presente edital, e nos seus anexos.

16.2 - Ao(À) Pregoeiro(a) e/ou Equipe de Apoio reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

16.3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados sob pena de responder legalmente por seus atos.

16.4 - O(A) Pregoeiro(a) solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

16.5 - Poderão ser convidados a colaborar com o(a) Pregoeiro(a), assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer dos licitantes, bem como qualquer servidor deste Município.

16.6 - O(A) Pregoeiro(a) resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

16.7 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser feito diretamente no Setor de Licitações, podendo ser através do e-mail licitacao@presidentekennedy.es.gov.br ou pelo telefone (28) 3535-1917, até 24 horas antes da abertura do procedimento licitatório.

16.8 - Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do edital e das condições nele estabelecidas.

16.9 - Os prazos e as condições para requerer a IMPUGNAÇÃO dos termos deste edital são os previstos nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16.10 - O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da presente licitação, suspender os trabalhos para diligências, análise de documentos, ou quaisquer outras providências que se façam necessárias, na forma da lei, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

16.11 - Fazem parte do presente Edital, integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo de Credenciamento;
Anexo III - Modelo de Declaração de atendimento às exigências habilitatórias;
Anexo IV - Modelo Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Licitar;
Anexo V - Modelo Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da CF.;
Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo VII - Minuta de Contrato.

Presidente Kennedy-ES, 23 de dezembro de 2013.

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013
Selma Henriques de Souza
Pregoeira Oficial

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

17 - ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA

1. OBJETO	1.1. Contratação de Banheiros Químicos para atender aos Eventos desta Secretaria no ano de 2014.
2. **VIGÊNCIA**	2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses.
3. **JUSTIFICATIVA**	3.1. Presidente Kennedy é um município brasileiro do estado do Espírito Santo. "Localiza - "se no extremo sul do estado a uma latitude 21º 05'56" sul e a uma longitude 41º 02' 48" oeste estando a uma altitude de 55 metros. Sua população estimada em 2010 pelo IBGE era de 10.314 habitantes. Possui uma área de 586,52 Km². No intuito de fortalecer o comércio litorâneo e de incrementar o turismo, como também fomentar os eixos culturais do município de Presidente Kennedy, que se faz necessária à realização de Eventos turísticos e culturais abrangendo o período de verão e férias, o carnaval, como também as festas tradicionais e os eventos culturais do ano de 2014, nas duas praias que compõem o nosso litoral, Praia de Marobá e Praia das Neves, comunidades e a Sede do município. O Intuito desta Secretaria é de promover o entretenimento aos munícipes e demais turistas que todos os anos vêm prestigiar nosso litoral e frequentam os eventos sejam eles turísticos ou culturais. Os investimentos em realização e apoio a eventos turísticos e culturais fazem parte dos projetos a serem desenvolvidos para a Promoção e Divulgação do Turismo e o fortalecimento cultural. A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, dessa maneira, atua em consonância com a Política Nacional de Turismo, onde estão previstos o apoio, a realização e participação em eventos em todas as unidades da Federação. Assim, a realização e/ou apoio a eventos pela municipalidade atrai turistas durante todo ano minimizando os efeitos da sazonalidade nas baixas e médias temporadas e incremento a atividade na alta temporada, bem como atende aos requisitos básicos de fomento e incremento da Cultura local, de acordo com os projetos já desenvolvidos e também com o surgimento de outros projetos culturais.
4. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**	4.1 São obrigações da CONTRATANTE: 4.1.1. A contratante fiscalizará a prestação de serviço através do funcionário responsável da Secretaria requisitante, Sr Marcio Farge Ceccon, da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy. 4.1.2. Respeitar as datas e prazos de realização do eventos aqui acordados com a CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos; 4.1.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho. 4.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao serviço, quando solicitados pelo Contratado tais como: Público atingido etc.; 4.1.5. Rejeitar qualquer serviço prestado equivocadamente em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste termo de referência. 4.1.6. Disponibilizar o Calendário anual de eventos para prévia programação do CONTRATADO.

5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**	5.1. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem: 5.2. Obrigações Gerais: 5.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do serviço nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Contratante; 5.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante; 5.2.3. Fornecer os serviços no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir no horário estabelecido; 5.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando a Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados; 5.2.5. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, 5.3. Obrigações Operacionais 5.3.1. Fornecer os serviços atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste Termo de Referência; 5.3.2. Quando for o caso, comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias; 5.3.4. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento do serviço por ação ou omissão de seus empregados; 5.3.5. Deverá responsabilizar-se pelo transporte do Material até o local da execução dos serviços bem como arcar com todas as despesas de pessoal envolvido na prestação do serviço. 5.4.1.Assumir todos os encargos legais (previdenciários, trabalhistas, sociais) e judiciais e por todas as despesas decorrentes do fornecimento. 5.4.2. Fornecer o serviço de acordo com o estabelecido no Termo de Referência Anexo I. 5.4.3. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere a Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante. 5.4.4. Arcar com todas as despesas de alimentação, transporte, despesa com funcionários e taxas. 5.4.5**.** Obrigações comerciais, tributárias e outras.
6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**	6.1. A LICITANTE deverá possuir: 6.1.1. Alvará Sanitário para funcionamento 6.1.2. Licença de Operação de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), inclusive, se terceirizado, que seja apresentada cópia do Contrato 6.1.3. Certidão de Regularidade de Débitos Ambientais 6.1.4. Todas as documentações Fiscais e Atestado de Capacidade Técnica.
7. **LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO**	7.1. DO LOCAL 7.1.1. Praias de Marobá e Praia das Neves - Litoral de Presidente Kennedy-ES, Comunidades tradicionais e Sede do Município de Presidente Kennedy-ES. 7.2. PRAZO 7.2.1. Os serviços deverão ser gerenciados após a assinatura do contrato de serviço, com sua execução **no período de 24 horas.**

8. **PAGAMENTO**	9.1. DO PAGAMENTO 9.1.1. Os pagamentos serão efetuados no ato da prestação dos Serviços, de acordo com o calendário de Eventos, mediante a nota fiscal e toda documentação necessária. 9.1.2. A critério da Contratante, dos pagamentos devidos à Contratada poderão ser descontados eventuais valores relativos a multas, indenizações ou outras de responsabilidade da Contratada. 9.1.3. No preço estipulado deverá constar na cláusula já computados todos os impostos, taxas e demais despesas e encargos que direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto do contrato. 9.1.4. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Dotação Orçamentária: 031001.278130193.259 - APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO - 160400000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO.
9. DA RESCISÃO E DOCUMENTAÇÃO	10.1. DA RESCISÃO 10.1.1. O presente instrumento de contrato, poderá ser rescindido por interesse de ambas as partes. 10.2.DA DOCUMENTAÇÃO **10.2.1. Regularidade Fiscal a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ regular; **b)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal; **c)** Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social - INSS; **d)** Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); **e)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante; **f)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do Município sede da licitante. 10.3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 10.3.1. Na ocorrência de calamidade pública e eventos meteorológicos, luto oficial, decreto por autoridade pública, devidamente comprovada ou outro fato decorrente do caso de fortuito ou força maior, deverão as partes, em comum acordo, marcar nova data para realização do evento, e ou rescisão do mesmo sem onerar os cofres públicos da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *18 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: VERÃO PRAIA DE MAROBÁ*		DIAR	50	3.919,50	
00002	00001	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: VERÃO PRAIA DE MAROBÁ.*		DIAR	50	1.024,20	
00003	00002	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *18 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -* *OBS: CARNAVAL PRAIA DE MAROBÁ*		DIAR	6	3.919,50	
00004	00002	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -* *OBS: CARNAVAL PRAIA DE MAROBÁ.*		DIAR	6	1.024,20	
00005	00002	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *08 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. MOTOCROSS -* *OBS: CARNAVAL PRAIA DE MAROBÁ*		DIAR	6	1.477,67	
00006	00002	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -*		DIAR	6	562,10	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			OBS: MOTOCROSS - CARNAVAL PRAIA DE MAROBÁ.					
00007	00002	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -* *OBS: CARNAVAL PRAIA DE NEVES*		DIAR	6	2.177,50	
00008	00002	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -* *OBS: CARNAVAL PRAIA DE NEVES*		DIAR	6	562,10	
00009	00003	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *20 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. -* *OBS: FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA 2014*		DIAR	6	4.355,00	
00010	00003	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *06 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. FESTA DE OBS: EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ABRIL 2014*		DIAR	6	1.686,30	
00011	00004	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: FEIRA DO ARTESANATO - MAIO DE 2014*		DIAR	3	2.177,50	
00012	00004	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E*		DIAR	3	562,10	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. *OBS: FEIRA DO ARTESANATO - MAIO DE 2014*					
00013	00005	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *20 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: FESTA DE JAQUEIRA - JUNHO DE 2014*		DIAR	6	4.355,00	
00014	00005	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *06 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: FESTA DE JAQUEIRA - JUNHO DE 2014*		DIAR	6	1.686,30	
00015	00006	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *16 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: FESTA DO SANTOARIO NOSSA SENHORA DAS NEVES - AGOSTO DE 2014*		DIAR	7	3.484,00	
00016	00006	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: FESTA DO SANTUARIO NOSSA SENHORA DAS NEVES - AGOSTO DE 2014*		DIAR	7	1.124,20	
00017	00007	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: III AMOSTRA DE CINEMA - SETEMBRO DE 2014*		DIAR	3	2.177,50	
00018	00007	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *2 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO*		DIAR	3	562,10	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. *III AMOSTRA DE CINEMA - SETEMBRO DE 2014*					
00019	00008	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: II FEIRA DE AGROECOTURISMO - SETEMBRO DE 2014*		DIAR	3	2.177,50	
00020	00008	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: II FEIRA DE AGROECOTURISMO - SETEMBRO DE 2014*		DIAR	3	562,10	
00021	00009	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: III FEIRA DO LIVRO - OUTUBRO DE 2014*		DIAR	3	871,00	
00022	00009	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *01 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: III FEIRA DO LIVRO - OUTUBRO DE 2014*		DIAR	3	281,05	
00023	00010	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: III ETAPA DE PESCA MARITIMA - PRAIA DAS NEVES - OUTUBRO DE 2014*		DIAR	3	871,00	
00024	00010	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *01 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM*		DIAR	3	281,05	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL. *OBS: III ETAPA DE PESCA MARITIMA - PRAIA DAS NEVES - OUTUBRO DE 2014*					
00025	00011	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: CONSCIÊNCIA NEGRA - CACIMBINHA/BOA ESPERANÇA - NOVEMBRO DE 2014*		DIAR	3	2.177,50	
00026	00011	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *CONSCIÊNCIA NEGRA - CACIMBINHA/BOA ESPERANÇA - NOVEMBRO DE 2014*		DIAR	3	562,10	
00027	00012	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *20 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: VIII SEMANA PRÓ SOCIAL - DEZEMBRO DE 2014*		DIAR	3	4.355,00	
00028	00012	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *VIII SEMANA PRO SOCIAL - DEZEMBRO DE 2014*		DIAR	3	562,10	
00029	00013	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *18 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.*		DIAR	2	4.252,83	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

Ítem	*Lote*	*Código*	*Especificação*	*Marca/Modelo*	*Unidade*	*Quantidade*	*Unitário*	*Valor Total*
			OBS: RÉVEILLON - PRAIA DE MAROBÁ					
00030	00013	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *04 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: REVEILLON PRAIA DE MAROBÁ*		DIAR	2	1.124,20	
00031	00013	00001320	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO** *10 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: REVEILLON - PRAIA DAS NEVES*		DIAR	2	2.177,50	
00032	00013	00001321	**LOCAÇÃO TIPO: BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES** *02 UNIDADES DE BANHEIRO QUÍMICO COM ADAPTAÇÃO PARA DEFICIENTES, CONFECCIONADOS EM POLIETILENO INJETADO, COM ATÉ 03 ANOS DE FABRICAÇÃO COMPROVADOS COM PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LAVAGEM E SUCÇÃO DIÁRIA, FORNECIMENTO DE PAPEL HIGIÊNICO, PRODUTO QUÍMICO DESODORANTE, COM ILUMINAÇÃO E COM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.* *OBS: REVEILLON - PRAIA DAS NEVES*		DIAR	2	562,10	

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

19 - ANEXO II

Cidade, de de 2013.

Ao(À)
Pregoeiro(a) da PMPK

Assunto: Credenciamento para a participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 000082/2013.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ vem pela presente, informar a V.Sªs, que o(a) Srº.(ª) _____, Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga (item 5.2.3).

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

20 - ANEXO III

Cidade , de de 2013.

Ao(À)
Pregoeiro(a) da PMPK

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 000082/2013.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

21 - ANEXO IV

Cidade , de de 2013.

Ao(À)
Pregoeiro(a) da PMPK

Assunto: Declaração de Inexistência de fato Impeditivo para Licitar - Pregão Presencial para Registro de Preços nº000082 /2013.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, **sob as penas da lei**, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

22 - ANEXO V

Cidade , de de 2013.

Ao(À)
Pregoeiro(a) da PMPK

Assunto: Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal - Pregão Presencial para Registro de Preços nº 000082/2013.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ , por mediação de seu representante legal o(a) Srº.(ª) _____, portador(a) da Carteira(s) de identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

EDITAL
Pregão Presencial Nº 000082/2013

23 - ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2013
REF. Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 000082 /2013
PROCESSO Nº 017388/2013

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à Rua Átila Vivácqua, 79 - centro - Presidente Kennedy/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.703/0001-26, por seu representante legal, a Prefeita Municipal, Srta. Amanda Quinta Rangel, brasileira, solteira, residente e domiciliado à rua _____, ES, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede _____, por seu representante legal, Sr. _____, doravante denominada CONTRATADA, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 000082/2013,** Processo nº017388/2013, resolve registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com sua classificação, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, regida pelas Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei n° 10.520/02, Decreto n° 7892/2013 e Decreto Municipal n° 007/11, em conformidade com as disposições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 A presente Ata tem por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Presidente Kennedy e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 000082/2013, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS NO ANO DE 2014, conforme descrito no Anexo I do referido Pregão.

Cláusula Segunda - Do Valor

2.1 O preço a ser pago coincide com o valor registrado no anexo I desta Ata, sendo que nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes e quaisquer despesas inerentes a execução do serviço.
2.2 O preço registrado será fixo e irreajustável, ressalvando o disposto na cláusula terceira deste instrumento.
2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei n° 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de execução do serviço em igualdade de condições.

Cláusula Terceira - Da Alteração do Preço Praticado no Mercado e do Reequilíbrio da Equação Econômico-Financeira

3.1 Quando por motivo superveniente, o preço registrado torna-se superior ao preço praticado pelo mercado, esta Administração deverá:
3.1.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
3.1.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.
3.1.3 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
3.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, esta Administração poderá:
3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de serviço.
3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
3.3 Não logrando êxito nas negociações, esta Administração deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, não superior ao preço de mercado, para que sejam restabelecidas as condições originalmente pactuadas.
3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo na vigência da Ata, com comprovação da parte interessada da ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração

de seus encargos, desde que a causa da majoração não seja imputada à parte requerente.
3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.
3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supere o prazo de um ano.
3.5.3 Não será concedida a revisão quando:
3.5.3.1 Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada.
3.5.3.2 Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada.
3.5.3.3 A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

Cláusula Quarta - Do cancelamento da Ata de Registro de Preços
4.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
4.2 Pela Administração, quando:
4.2.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
4.2.2 a detentora não assinar a Ata no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
4.2.3 a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
4.2.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
4.2.5 cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
4.2.6 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
4.2.7 por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
4.2.8 a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
4.2.9 no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.
4.2.10 não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.
4.2.11 não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado.
4.3Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:
4.3.1 a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Quinta - Do pagamento
5.1 Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito de acordo com o previsto no Edital do Pregão Presencial que originou esta Ata, através dos dados bancários indicados pelo CONTRATADO em sua proposta comercial.
5.2 Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras, relativo ao(s) serviço(s) **efetivamente** prestado(s). A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à Secretaria Requisitante, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, a qual procederá o aceite e atestará o documento.
5.3 O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO nos termos definidos pela Instrução Normativa SFI n° 001/2013 aprovada pelo Decreto Municipal n° 079/2013 e MEDIANTE APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS**, JUNTAMENTE COM AS NOTAS FISCAIS:**
a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal; Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social - INSS; Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Prova de regularidade com a Fazenda Estadual sede da licitante; Prova de regularidade com a Fazenda do Município sede da licitante; Prova de regularidade

com a Fazenda do Município de Presidente Kennedy e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, em atendimento a Lei 12.440/11, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
b) A cada solicitação de pagamento a Contratada deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, juntando à solicitação de pagamento toda documentação apresentada no momento da licitação.

Cláusula Sexta - Da Validade da Ata
6.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, vedada a sua prorrogação.
6.2 Durante prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a PMPK não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecer os produtos em igualdade de condições.
6.3 A Ata poderá ser aditada nos termos do Art. 12, do Decreto Municipal n° 007/2011 c/c Art. 65 da Lei 8666/93.

Cláusula Sétima - Da utilização da Ata de Registro de Preços
7.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, desde que autorizados pelo Município de Presidente Kennedy.
7.2 O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.
7.3 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
7.4 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela(s) empresa(s) da presente Ata, a(s) qual(is) também a integram.

Cláusula Oitava- Da classificação das Propostas
8.1 A relação do(s) item(ns) com a(s) respectiva(s) empresa(s) ofertante(s) do melhor lance, a(s) qual(is) terá(ao) preferência de contratação constitui o Anexo I desta Ata.

Cláusula Nona- Do local, prazo de execução e fiscalização.
9.1 A execução do(s) serviço(s) deverá(ão) ser iniciadas em até 24 horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, no endereço indicado nas demais condições (anexo I) do edital.
9.2 entende-se como fornecimento a efetiva entrega do objeto solicitado em total conformidade com as condições e especificações do Edital e seus Anexos.
9.3 A Secretaria Requisitante será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento solicitado.
9.4 A fiscalização a que se refere ao item 9.3 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.
9.5 A inobservância das condições do Edital implicará na recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente, SOB PENA DA CONTRATADA SOFRER AS SANÇÕES CABÍVEIS e sem ônus para a PMPK.

Cláusula Décima - Da autorização para serviço e emissão das autorizações de serviço.
10.1 A execução, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será autorizado, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do Município de Presidente Kennedy.
10.2 a solicitação das ordens de autorizações de serviço ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.
10.3 o gerenciamento das autorizações de serviço caberá ao Órgão Gerenciador.
10.4 a emissão das autorizações de serviço às contratadas será realizada pelo Departamento de Compras.

Cláusula Décima Primeira - Da Dotação Orçamentária
11.1 As despesas decorrentes desta Ata correrão á conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - Apoio e Realização de Eventos Turísticos - 339.039.00000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Cláusula Décima Segunda - Das Responsabilidades das Partes

12.1 Compete à Contratada:

12.1.2 Fornecer os serviços de acordo com as condições e prazos propostos e dentro do período de vigência da Ata.

12.1.3 Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, conforme dispõe o art.55, inc. XIII da Lei n° 8.666/1993.

12.1.4 **Não ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços ou produtos objeto desta Ata de Registro de Preços.**

12.1.5 Cumprir as cláusulas de responsabilidade e obrigações contidas no Termo de Referência.

12.2 Compete à Contratante:

12.2.1 efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento.

12.2.2 definir o local e prazo para a execução dos serviços.

12.2.3 Cumprir as cláusulas de responsabilidade e obrigações contidas no Termo de Referência.

Cláusula Décima Terceira - Das Sanções

13.1 - A empresa contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para prestação dos serviços adjudicados, sujeitando-se às penalidades constantes no artigo 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e do art. 7ºda Lei 10.520/02 , a saber:

13.1.1 - Suspensão do direito de licitar pelo período de até 02 (dois) anos, em caso de manter-se inerte por período superior a 15 (quinze) dias do ato que deva praticar.

13.1.2 - Multa pelo atraso em prazo estipulado após a adjudicação do objeto, calculada pela fórmula:

M = 0,01 x C x D
onde:
M = valor da multa
C = valor da obrigação
D = número de dias em atraso

13.1.3 - Para os efeitos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal apresentada, a ser aplicada em caso de infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas, pela CONTRATADA, no presente instrumento e/ou da proposta apresentada;

13.1.4 - Pelo não fornecimento e prestação dos serviços contratados, multa de 2 % (dois por cento) do valor do Contrato, e nessa hipótese, poderá ser revogada a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento e prestação de serviços, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que a CONTRATADA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.1.5.1 - A sanção de "declaração de inidoneidade" é de competência exclusiva do Chefe do Executivo Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Cláusula Décima Quarta - Das disposições finais e do foro

14.1 A contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;

14.2 Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 000082/2013 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

14.3 Fica eleito o Foro da Cidade de Presidente Kennedy/ES para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto Municipal n.º 007 de 1° de Fevereiro 2011 e Lei

Federal n° 8.666/93.

Presidente Kennedy - ES, _____ de _____ de 2013.

_____
Prefeitura Municipal Presidente Kennedy

_____
Secretária Municipal de _____

_____
Nome e assinatura do Representante da Empresa
CPF N.º
Nome da empresa
CNPJ

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº____/2013
REF. Pregão Presencial Nº 000082/2013
PROCESSO Nº 017388/2013

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY** e a empresa _____, na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** pessoa jurídica de direito público interno, sediada à Rua Átila Vivácqua, 79 - centro - Presidente Kennedy/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.703/0001-26, por seu representante legal, a Prefeita Municipal, Srta. Amanda Quinta Rangel, brasileira, solteira, residente e domiciliado à rua _____, ES, portador da Carteira de Identidade nº _____ SSP-ES e do CPF nº_____, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº_____, com sede _____, por seu representante legal, Sr. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, nos termos do procedimento licitatório , conforme Edital de Pregão nº 000082/2013, Processo nº017388/2013,tudo de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS NO ANO DE 2014, na forma de Sistema de Registro de Preço, conforme especificações e condições constantes TERMO DE REFERÊNCIA, Edital e Ata de Registro de Preços que originaram a presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço e da Forma de Reajuste

2.2. Pela prestação do(s) serviço(s), a(s) contratada(s), receberá a importância de R$ .....(.....).

2.3. O preço do contrato é fixo e irreajustável, pelo período de 12 (doze) meses contados da data da vigência do Contrato, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/95.

2.4. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, dentre eles, direitos trabalhistas, encargos sociais, seguros, transporte, embalagens, impostos, taxas, supervisão e quaisquer outros benefícios e custos, bem como demais despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto licitado que porventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Regime de Execução

3.1. Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, "b" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Início e da Duração do Contrato

4.1. O prazo para início da execução dos serviços é de 24 horas, contados a data de assinatura da ordem de serviço.

4.2. O presente Contrato terá duração até 31 de Dezembro do ano corrente, a contar da assinatura da ordem de serviço.

4.3. No caso de prorrogação a prestação dos serviços terá início no dia subsequente ao término Contrato ou aditivo anterior, devendo a publicação do mesmo ocorrer na forma do art. 61, parágrafo único, da referida Lei.

4.4. O início da execução do contrato se dará com a Autorização de Fornecimento ou de Serviço.

4.5. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro na forma do §1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Documentos Integrantes

5.1. Faz parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções, inclusive as propostas, o Termo de Referencia, o edital de licitação e a Ata de Registro de Preços, completando o presente contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA SEXTA - Do Local e da Forma de Pagamento

6.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras, relativo ao(s) serviço(s) **efetivamente** prestado(s). Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 30 (trinta) dias, após a sua apresentação.

6.2.O contratado deverá apresentar ainda os comprovantes de quitação dos encargos especificados no Edital.

6.3. Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

6.4. Poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual.

6.5. O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à CONTRATADA a cobrança ou desconto de duplicatas através da rede bancária ou de terceiros.

6.6. Somente após haver sanado as falhas e/ou irregularidades apontadas, a CONTRATADA será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

6.7. O PAGAMENTO SOMENTE SERÁ EFETUADO nos termos definidos pela Instrução Normativa SFI n° 001/2013 aprovada pelo Decreto Municipal n° 079/2013 e MEDIANTE APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS**, JUNTAMENTE COM AS NOTAS FISCAIS:**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal; Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social - INSS; Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Prova de regularidade com a Fazenda Estadual sede da licitante; Prova de regularidade com a Fazenda do Município sede da licitante; Prova de regularidade com a Fazenda do Município de Presidente Kennedy e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, em atendimento a Lei 12.440/11, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

b) A cada solicitação de pagamento a Contratada deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação e qualificações exigidas, juntando à solicitação de pagamento toda documentação apresentada no momento da licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - Dos Recursos Orçamentários

7.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - Apoio e Realização de Eventos Turísticos - 339.039.00000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades e Sanções

8.1 - A empresa contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para prestação dos serviços adjudicados, sujeitando-se às penalidades constantes no artigo 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e do art. 7ºda Lei 10.520/02, a saber:

8.1.1- Suspensão do direito de licitar pelo período de até 02 (dois) anos, em caso de manter-se inerte por período superior a 15 (quinze) dias do ato que deva praticar.

8.1.2- Multa pelo atraso em prazo estipulado após a adjudicação do objeto, calculada pela fórmula:

M = 0,01 x C x D
onde:
M = valor da multa
C = valor da obrigação
D = número de dias em atraso

8.1.3 - Para os efeitos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) sobre

o valor da fatura mensal apresentada, a ser aplicada em caso de infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas, pela CONTRATADA, no presente instrumento e/ou da proposta apresentada;

8.1.4 - Pelo não fornecimento e prestação dos serviços contratados, multa de 2 % (dois por cento) do valor do Contrato, e nessa hipótese, poderá ser revogada a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento e prestação de serviços, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.1.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será concedido sempre que a CONTRATADA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.1.5.1 - A sanção de "declaração de inidoneidade" é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

9.2 - **Constituem motivo para rescisão do contrato:**

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no fornecimento/ do objeto da prestação dos serviços;

V - a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

IX - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - a supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº8.666/93.

9.2.1 A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3 - **A rescisão do contrato poderá ser:**

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos **I** à **XIII** do item **9.2**;

II - amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

9.3.1.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Responsabilidade das Partes

10.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:
10.1.1 - Efetuar a CONTRATADA o pagamento de preço ajustado na **Cláusula Segunda** , nos termos nela e na **Cláusula Sexta** estabelecidos.
10.1.2 - Designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deste Contrato.
10.1.3 - Oferecer todos os subsídios necessários ao cumprimento do objeto.
10.1.4 - Cumprir as cláusulas de responsabilidade e obrigações contidas no Termo de Referência.

10.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
10.2.1 - Executar os serviços ajustados nos termos do **TERMO DE REFERÊNCIA** anexo ao **Edital** e Proposta da CONTRATADA, assim como de acordo com o previsto na **Cláusula Terceira** do Contrato, por intermédio exclusivo de seus empregados.
10.2.2 - Fornecer os equipamentos necessários à execução dos serviços especificados no **TERMO DE REFERÊNCIA** anexo ao **Edital** e Proposta da CONTRATADA que deverão ser de qualidade comprovada, competindo à CONTRATANTE a fiscalização e a verificação de tal condição.
10.2.3 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no art. 71 da Lei nº8.666/93.
10.2.4 - Utilizar, na execução dos serviços contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe foi confiada:
a) qualificação para exercício das atividades que lhe forem confiadas;
b) bons princípios de urbanidade;
c) pertencer ao quadro de empregados da contratada.
10.2.5 - Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.
10.2.6 - Apresentar documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras.
10.2.7 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros.
10.2.8 - Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.
10.2.9 - Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.
10.2.10 - Cumprir as cláusulas de responsabilidade e obrigações contidas no Termo de Referência.
10.2.11 - Não ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços ou produtos objeto deste contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Do Acompanhamento e da Fiscalização
11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Legislação Aplicável
12.1 - Aplica-se à execução deste Termo Contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e outras legislações correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Dos Aditamentos
13.1 - O presente Contrato poderá ser aditado, nas hipóteses previstas em lei.
13.2 A contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Publicação
14.1 - O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, correndo a despesa por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do Foro

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Presidente Kennedy para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento e, estando assim, justo e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Presidente Kennedy-ES, _____de _____de _____.

CONTRATANTE **CONTRATADO**